



FASCISMO
ARGENTINO
BUENOS
AIRES

Circule pela direita

Percepções, redes e contatos entre as direitas
sul-americanas, 1917-1973

João Fábio Bertonha
Ernesto Bohoslavsky
(organizadores)



CIRCULE PELA DIREITA

**Percepções, redes e contatos entre as direitas
sul-americanas, 1917-1973**



EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

REITOR

Prof. Dr. Leandro Vanalli

VICE-REITORA

Profa. Dra. Gisele Mendes

DIRETOR DA EDUEM

Prof. Dr. Angelo Aparecido Piori

EDITOR-CHEFE DA EDUEM

Prof. Dr. Carlos Herold Junior

CONSELHO EDITORIAL

PRESIDENTE

Prof. Dr. Angelo Aparecido Piori

EDITORES CIENTÍFICOS

Profa. Dra. Anaete Regina Schelbauer, Prof. Dr. Antonio Ozaí da Silva, Profa. Dra. Carolina Laurenti, Prof. Dr. Evandro Luís Gomes, Profa. Dra. Heloisa Toshie Irie Saito, Profa. Dra. Jani Alves da Silva Moreira, Prof. Dr. José Luiz Parré, Profa. Dra. Kátia Regina Freitas Schwan Estrada, Prof. Dr. Luiz Roberto Evangelista, Profa. Dra. Marcelle Paiano, Profa. Dra. Maria Cristina Gomes Machado, Prof. Dr. Mário Luiz Neves de Azevedo, Prof. Dr. Pedro Paulo Deprá, Profa. Dra. Regina Lúcia Mesti, Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias

EQUIPE TÉCNICA

FLUXO EDITORIAL

Edneire Franciscón Jacob, Glauber Aparecido Yatsuda, Marinalva Aparecida Spolon Almeida, Vania Cristina Scomparin

PROJETO GRÁFICO E DESIGN

Marcos Kazuyoshi Sassaka, Marcos Roberto Andreussi

DISTRIBUIÇÃO E DIVULGAÇÃO

Gerson Ribeiro de Andrade

COMERCIALIZAÇÃO

Carlos Henrique Eduardo Constâncio dos Santos, Solange Marly Oshima

João Fábio Bertonha
Ernesto Bohoslavsky
(organizadores)

CIRCALE PELA DIREITA

**Percepções, redes e contatos entre as direitas
sul-americanas, 1917-1973**

Prefácio

Rodrigo Patto Sá Motta



Eduem
Maringá
2023

Copyright © 2016 para os autores

Título original. Circule por la derecha: percepciones, redes y contactos entre las derechas sudamericanas, 1917-1973

Versão em Língua Portuguesa autorizada pelos autores/organizadores e pela Universidad Nacional de General Sarmiento

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, mesmo parcial, por qualquer processo mecânico, eletrônico, reprográfico etc., sem a autorização, por escrito, dos autores.

Todos os direitos reservados desta edição 2023 para Eduem.

Todas as informações da obra, como as marcas registradas, os logos, as imagens e quaisquer outros conteúdos utilizados, são de responsabilidade dos autores.

Revisão textual e gramatical: Maria Dolores Machado

Normalização textual e de referências: Gabriele Maria de Oliveira | Tikinet

Capa – imagem: enviada pelos organizadores (https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Fascismo_Argentino_Buenos_Aires.jpg | Militantes do Partido Fascista Argentino em 1932)

Capa – arte final: Marcos Kazuyoshi Sassaka

Fonte: Dutch766 BT

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(Eduem – UEM, Maringá – PR., Brasil)

C578 Circule pela direita : percepções, redes e contatos entre as direitas sul-americanas, 1917-1973 / João Fábio Bertonha, Ernesto Bohoslavsky (organizadores); prefácio Rodrigo Patto Sá Motta. -- Maringá : Eduem, 2023.
413 p.

Título original: Circule por la derecha: percepciones, redes y contactos entre las derechas sudamericanas, 1917-1973

Vários tradutores

Recurso eletrônico

ISBN 978-65-86383-10-2

Disponível em: <http://www.eduem.uem.br>

1. América Latina. 2. Direitas. 3. Fascismo. 4. Transnacionalismo. I. Bertonha, João Fábio, org. II. Bohoslavsky, Ernesto, org. III. Motta, Rodrigo Patto Sá, pref. IV. Título.

CDD 21.ed. 320

Marinalva Aparecida Spolon Almeida (CRB 9-1094)



Eduem – Editora da Universidade Estadual de Maringá

Av. Colombo, 5790 – Bloco 40 – Campus Universitário

87020-900 – Maringá-Paraná – Fone: (44) 3011-4103

www.eduem.uem.br – eduem@uem.br

Sumário

Prefácio

Rodrigo Patto Sá Motta 9

Apresentação à edição brasileira

João Fábio Bertonha e Ernesto Bohoslavsky 15

Introdução

As direitas sul-americanas: trajetórias, olhares e circulação

João Fábio Bertonha e Ernesto Bohoslavsky 21

Primeira parte, 1917-1945

1

A Semana Trágica em uma ótica transnacional. Influências, repercussões e circulações entre Argentina, Brasil, Chile e Uruguai (1918-1919)

Daniel Lvovich 37

2

Historiadores na consolidação do nacionalismo lopizta paraguaio e sua repercussão no Brasil e em partes da América espanhola (1920–1930)

Eurico da Silva Fernandes 63

3

Encontros e dissidências políticas, ideológicas e historiográficas nos revisionismos rio-platenses (décadas de 1930 e 1940)

Olga Echeverría e María Laura Reali 99

4

O “universo fascista” em perspectiva: a disseminação do fascismo pela América Latina na análise do jornal integralista *A Offensiva* (1934–1938)

Murilo Antonio Paschoaleto 139

5

A extrema-direita em terras tupiniquins e charrúas: os diálogos entre o integralismo e o revisionismo uruguaio

Victor Raoni de Assis Marques 163

6

Representações e relações entre a Legión Cívica Argentina e o integralismo brasileiro na década de 1930

Daniela Moraes de Almeida 189

7

Os nacistas chilenos e o mundo. As relações entre o Movimiento Nacional-Socialista do Chile e seus vizinhos da América Latina (1932–1938)

João Fábio Bertonha 217

Segunda parte, 1945-1973

8

Os abacaxis de Evita ou o estranho caso dos peronistas brasileiros (1945–1957)

Ernesto Bohoslavsky 249

9

Estratégias de luta do antiperonismo latino-americano: Juan Natalicio González e Germán Arciniegas

Marcela Cristina Quinteros e Carlos David Suárez Morales 273

10

A extrema-direita uruguaia e suas redes transnacionais (década de 1960)

Magdalena Broquetas..... 301

11

A construção de uma ‘pátria ampliada’ no discurso nacionalista argentino dos anos 1960

Valeria Galván..... 325

12

A América Latina segundo o liberal-conservadorismo argentino: entre a modernização, o pan-americanismo e a Doutrina de Segurança Nacional (1959–1973)

Martín Vicente 353

13

As revistas da extrema-direita chilena: entre o antiallendismo e o antiperonismo (1969–1974)

Gabriela Gomes 381

Sobre os autores 409

As revistas da extrema-direita chilena: entre o antiallengismo e o antiperonismo (1969–1974)¹

Gabriela Gomes

A sintaxe da revista rende um tributo ao momento presente justamente porque sua vontade é intervir para modificá-lo. E os acertos ou erros dessa aposta saltam literalmente a vista em uma primeira folheada: os índices da revista (como os catálogos de uma editora) são testemunhos diante dos quais o historiador deve se precaver do prazer do anacronismo.

Razões afins das que privam as revistas de sua aura, as convertem em testemunhos perfeitos para a periodização. Surgida na conjuntura, a sintaxe de uma revista informa, de um modo que jamais poderão fazê-lo seus textos considerados individualmente, da problemática que definiu aquele presente (Sarlo, 1992, p. 10).

Com o triunfo eleitoral da Unidade Popular em 1970, a revista *Portada*, primeiro, e logo o semanário *Qué Pasa (QP)* se constituíram em órgãos de expressão da direita chilena que apostaram em uma saída autoritária e aplainaram o caminho que culminou no golpe de Estado

1 Traduzido por Eurico da Silva Fernandes.

de 11 de setembro de 1973. Seguindo a perspectiva de Girbal-Blacha e Quattrocchi-Woisson (1999), consideramos ditas revistas atores políticos, já que, como formadoras de opinião, operaram na esfera pública como interlocutores da nova direita política caracterizada pela mistura do neoliberalismo da Escola de Chicago com o pensamento católico tradicional e corporativista presente no Partido Nacional e no movimento gremialista (Zárate, 2008). O anticomunismo operou como principal articulador dessas famílias ideológicas (Bohoslavsky, 2012), centradas em desacreditar e desestabilizar o governo de Allende.

O objetivo deste artigo é analisar como *Portada* e *QP* se posicionaram diante dos acontecimentos na Argentina no período que vai do fim da autodenominada ‘Revolução Argentina’ até o regresso de Juan Domingo Perón ao governo (1969–1974). Para isso, privilegiaremos a análise do conteúdo dessas revistas se atentando, principalmente, à seção ‘Semana Internacional’, em que os acontecimentos argentinos eram seguidos com atenção. Nossa hipótese aponta para o fato de que a estratégia discursiva antiperonista de *Portada* e *QP* contribuiu para desacreditar o governo de Allende e desestimular sua influência no Cone Sul. Nesse sentido, sob o contexto da Guerra Fria, ambos os meios legitimaram a ‘Revolução Argentina’ ao considerarem que os militares haviam ‘resgatado’ o país do ‘ditador’, em clara alusão a Perón. Isso confirma as simpatias do semanário aos governos autoritários destinados a conter a mobilização popular e a economia ‘populista’ da região. De tal sorte que os ‘usos’ do antiperonismo, preconizados por ambas as revistas, não apenas aludiam ao clima de ‘caos’ social que se vivia no Chile desde o triunfo da Unidade Popular, mas também retroalimentavam o discurso antiallengista.

O presente artigo se divide em três partes. Na primeira, apresentamos uma caracterização das revistas e abordamos sua posição em relação ao governo de Allende. Depois, analisamos suas percepções sobre a ‘Revolução Argentina’ e, por último, revisamos seu pronunciamento diante do regresso de Perón.

As revistas políticas e culturais de ampla difusão oferecem um interessante cenário para a análise dos processos sócio-históricos. Esses tipos de publicações foram denominados ‘de debate e combate’ (Girbal-Blacha; Quattrocchi-Woisson, 1999) por atuarem no terreno político, especialmente nos tempos de crise. Assim, as revistas se constituem como porta-vozes dos ideais de uma geração e tornam ‘públicos’ os atos e decisões de um grupo de interesses, já que, geralmente, aparecem como geradores e transmissores de mudanças significativas na esfera pública, assumindo a importância dessa perspectiva ‘como história’ e ‘como texto’ (King, 1989). Assimilam a realidade do público a que se dirigem e com o qual se identificam e operam diretamente sobre tal realidade à medida que produzem determinados valores, crenças e ideologias (Muraro, 2000). Ainda assim,

Entre as modalidades de intervenção cultural, as revistas dão relevância ao público, imaginado como espaço de alinhamento e conflito. Seu tempo é, por isso, o presente. Ainda que logo a história possa desmentilas, as revistas não desejam alcançar o reconhecimento futuro, senão a escuta contemporânea (Sarlo, 1992, p. 9).

Seguindo Van Dijk (1980), assumimos que os textos – neste caso os das revistas – expressam instâncias possíveis da ideologia de seus habitantes/redatores. Se prestarmos atenção ao conteúdo, uma análise semântica do discurso teria que produzir algo como uma ‘ideologia subjacente’. Contudo, como assinala o autor, o assunto é mais complexo, já que a análise semântica é incapaz de diferenciar os conteúdos ideológicos e os não ideológicos de um texto – se é que é possível realizarmos essa distinção. Ainda que o texto ‘mostre’ discursivamente a ideologia, são os indivíduos quem ‘tem’ ideologias. Nesse caso, resulta necessário considerarmos a importância do contexto social, já que este determina os aspectos da produção do discurso e sua compreensão (Van Dijk, 2005).

1 As revistas da direita no Chile: respostas à modernização e radicalização (1964–1973)

O avanço do reformismo no Chile na década de 1960 alentou a mobilização social nas bases, interpretadas pela direita como a ‘porta de entrada ao comunismo’. Como reação a esse processo, na Universidade Católica (UC) surgiu, em 1966, o Movimento Gremialista, fundado por Jaime Guzmán². Nos círculos acadêmicos e estudantis desse movimento houve notável influência de três importantes referenciais do corporativismo católico, vinculados ideologicamente ao franquismo: os filósofos Osvaldo Lira e Julio Philippi e o historiador Jaime Eyzaguirre. O gremialismo se opunha à ‘politização democrata cristã’ da Igreja Católica e da UC. Sob o discurso do apoliticismo buscava o reestabelecimento da ordem democrática por alguém autoritário e corporativista de inspiração no primeiro franquismo. Em 1973, o gremialismo foi se inclinando para a noção de ‘democracia protegida’ e para a reivindicação de um capitalismo livre e um corporativismo antiestatal.

Em 1962, estudantes da UC fundaram a revista *Fiducia* e, em 1967, formaram a Sociedade de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). *Fiducia* acusou os setores progressistas da igreja, especialmente os centros dirigidos por jesuítas, de estarem vinculados aos comunistas. Em 1968, surgiu a revista *Polémica Económica-Social* por iniciativa de um grupo de economistas da UC, entre os quais se

2 Jaime Guzmán foi partidário do conservadorismo, crítico da democracia liberal, opositor ao Partido Demócrata Cristão (PDC) e membro da TFP. Sua atividade política se iniciou na UC como estudante de Direito e logo a exerceu como professor de direito constitucional. Foi membro do conselho editorial das revistas *Qué Pasa*, *Ercilla* e *Realidad*, colunista dos diários *El Mercurio*, *La Tercera*, *La Segunda*, membro do Diretório da Corporação de Televisão da Universidade Católica. Foi o principal assessor do regime militar, primeiro da Junta de Governo, depois do Estado Maior Presidencial e, por fim, da Secretaria Geral de Governo. Encarregava-se das tarefas de propaganda política, redação dos discursos de Pinochet e foi dirigente da Comissão de Estudos que estudava as bases institucionais para a Constituição de 1980 (Correa Sutil, 1985; Jara Hinojosa, 2008).

destacavam Pablo Baraona, Paul Aldunate, Sergio de Castro e Emilio Sanfuentes. Logo todos ocupariam cargos governamentais na pasta de economia durante a ditadura. As páginas dessa revista foram destinadas aos temas econômicos com viés monetarista. Em 1958, foi criada *Tizona*, editada apenas esse ano, mas no ano seguinte ela foi publicada com maior regularidade. Foi uma publicação porta-voz da Armada e de grupos empresariais católicos integristas que criticavam a reforma agrária de Eduardo Frei e futuramente promoveriam a interrupção da ordem democrática. Em 1969, foi criada a revista *Portada*, cujos editores eram partidários do nacionalismo e estavam vinculados ao hispanismo e a Opus Dei.

Portada foi a publicação que melhor demonstrou a confluência entre corporativismo, nacionalismo e neoliberalismo. Em suas páginas, aparecia a influência tanto de Eyzaguirre como de Jorge Prat e da revista *Estanquero*. Afirmava que os corpos intermediários – como a família, os grêmios e sindicatos, as universidades, as Forças Armadas, a igreja e os municípios – deveriam ascender para a representação política, até então monopolizada pelos partidos. Defendia uma ordem político-social fundada em postulados corporativistas sob o desígnio neoliberal na economia. Essa fusão foi possível porque, para *Portada*, o nacionalismo não era sinônimo de estatismo: pelo contrário, a intervenção do Estado nos campos econômico e social era entendida como um signo totalitário. Nacionalismo significava o respeito à propriedade privada, à livre empresa, à garantia da unidade nacional e ao rechaço das ideias estrangeiras. Tudo isso levou a revista a considerar necessário substituir o sistema democrático por uma ordem autoritária (Ruiz, 1992).

As aparições de *QP* e *Portada* devem ser compreendidas no marco de um conjunto de publicações que emergiram durante os anos 1960, depois do triunfo da ‘Revolução em Liberdade’, de Eduardo Frei Montalva, que implicou na perda do controle do aparato estatal por parte da direita tradicional (Correa Sutil, 2005). *QP* foi herdeira do grupo intelectual neoliberal que integrou a revista *Portada* e começou a circular em abril de 1971, momento em que assumiu a luta contra

o marxismo³. Na gestão empresarial da revista colaboraram Emilio Sanfuentes e Hernán Cubillos, empresários vinculados ao *El Mercurio* (Ruiz, 1983). *QP* seguiu as pautas do ‘novo jornalismo’, com um estilo comparável ao das revistas argentinas *Primera Planta*, *Panorama* e *Confirmad*⁴. A equipe de *QP* era dirigida pelo advogado e historiador Gonzalo Vial Correa, também dirigente de *Portada*. Este foi um discípulo de Jaime Eyzaguirre e de Mario Góngora e desempenhou a função de ministro da Educação durante a ditadura (1978–1979).

No comitê fundador estavam o historiador Jaime Martínez, decano da Faculdade de Letras da UC (1975–1979) e discípulo de Eyzaguirre; Joaquín Villarino, que depois do golpe foi diretor de *Ercilla*; Jaime Guzmán; Cristian Zegers, subdiretor de *El Mercurio* de Santiago e diretor de *La Segunda* (ambos do mesmo consórcio jornalístico); Fernando Silva, historiador e discípulo de Eyzaguirre; Arturo Fontaine, subdiretor de *El Mercurio* antes do golpe e diretor até 1982. Entre os colaboradores habituais estiveram Víctor Manuel Muñoz, Silvia Pinto (deputada pelo Partido Nacional e diretora do diário oficialista *El Cronista* depois do golpe) e Mario Arnelo, também deputado do Partido Nacional e antigo membro do Partido Acción Nacional, liderado por Jorge Prat⁵. A equipe econômica de *QP* estava integrada pelos economistas da Escola de Chicago como Sergio de Castro, Emilio Sanfuentes, Hermógenes Péres de Arce (colaborador do *El Mercurio*) e por Orlando Sáenz (presidente da Sociedade de Fomento Fabril). Entre os colaboradores dessa área, estavam Pablo Baraona, Álvaro Bardón e Jorge Cauas (Ruiz, 1983).

3 *QP* foi publicada pela editora Portada até março de 1973 e depois pela editora Lord Cochrane, do grupo Edwards, em convênio com Ediciones Portada (Qué Pasa, 1973e).

4 Sobre a influência do ‘novo jornalismo’ dessas revistas argentinas, ver Taroncher Padilla (2004).

5 O Partido Nacional se formou em 1965, produto da fusão do Partido Liberal, do Partido Conservador e da Acción Chilena, atrás do baixo desempenho da direita nas eleições parlamentares daquele ano. Apesar de seus membros terem aderido à ‘democracia orgânica’, defendiam instituições liberais e reivindicavam o capitalismo.

Em suas páginas escreviam jornalistas, intelectuais católicos e integristas, economistas da Escola de Chicago e militantes do gremialismo que se formaram na UC e que já haviam participado da *Portada*. Esse grupo estava dotado de grande unidade de pensamento e opções políticas. *QP* buscava difundir a alternativa gremialista, criticar o desempenho econômico do governo da Unidade Popular, promover o rol subsidiário do Estado sob o credo do livre mercado e favorecer um programa antidemocrático. Até 1973, *QP* reproduziu o esquema doutrinário de *Portada*, já que apareciam em ambas as mesmas figuras emblemáticas: Prat e Eyzaguirre, aos quais se somava o general Franco. *QP* simpatizava com o catolicismo integrista, o neoliberalismo e com “[...] os regimes que aplica[vam] suas políticas na América Latina: Brasil e Argentina” (Ruiz, 1992, p. 112).

QP se definiu como uma revista cultural, já que cobria uma grande pluralidade de temas: arte, história do Chile, literatura e filosofia. Contou com críticos especializados em teatro, música, cinema, esporte, televisão etc. Suas publicações eram regulares, e, inclusive, logo após o golpe foi uma das poucas ‘vozes’ autorizadas a difundir informações e continua vigente na atualidade⁶. *QP* contou com ampla difusão e apontou seu interesse para leitores de classes média e alta, conservando seu caráter elitista. Dava um espaço significativo às notícias que se referiam aos grandes empresários, aos políticos e militares e também ao entretenimento. Este último operava como ‘culto’ à diferença, ao privilégio, legitimado por meio do êxito e da fama. Quando se referia aos partidos de esquerda, tratava-os com o desqualificativo de ‘extremismo’, enquanto o sindicalismo e os problemas sociais que afetavam a população não chamavam a atenção de *QP* (Ruiz, 1983). A revista atendia aos problemas ‘típicos’ da juventude, a liberdade sexual, o consumo de drogas, álcool e o uso ‘indiscriminado’ da pílula anticoncepcional. As denúncias juvenis contra os movimentos antidemocráticos eram, para a revista, os indícios da crise de valores morais de uma juventude ‘degradada’.

6 <https://www.quepasa.cl/>

Entre 1970 e 1973, os principais temas de informação apontaram o fracasso internacional do marxismo, a necessidade da ordem interna, a violência esquerdista – em menor medida a exercida pelo grupo paramilitar da Frente Nacionalista Pátria e Liberdade –, os ‘ataques’ à democracia por parte da Unidade Popular e sua incompetência no governo. O neoliberalismo era difundido a partir das críticas ao socialismo e ao estatismo da Unidade Popular. Da mesma forma que *Portada*, *QP* criticou a igreja em razão de sua intervenção política, do seu juízo sobre os problemas sociais e das conexões entre cristãos marxistas.

Em sua filosofia, *QP* decidiu fundamentar-se na ‘unidade nacional’ dos chilenos:

[...] quando destacamos a história da pátria, as glórias do exército, as belezas de nossos campos, de nosso povo, de nossa arte antiga e moderna, os êxitos de nossos artistas, dos ofícios humildes ou exaltados dos compatriotas, em verdade repetimos a mesma mensagem: que todos os chilenos (e não só aquela metade que extermina a outra) podem viver em paz no Chile, em progresso, em justiça e em dignidade [...] nossas páginas tem recolhido crônicas sobre todas as tendências nacionais, desde o MIR até o Pátria e Liberdade. Por isso, semana a semana, dos políticos opositores e dos governos, respondem uma mesma pergunta da seção *Cara a la opinión* (Qué Pasa, 1973b).

Segundo sua autodefinição, *QP* foi um órgão de expressão livre e independente, que garantia a seriedade, a imparcialidade, a pluralidade e um jornalismo crítico e comprometido com a busca da verdade.

2 A ‘Revolução Argentina’, segundo perspectivas vindas do Chile: receios e admiração

Portada e *QP* seguiram uma estratégia discursiva na qual combinaram a crítica e a admiração em relação ao governo militar

argentino. Os temas que suscitaram maior atenção foram os conflitos limítrofes, o controle do espaço patagônico e a conjuntura política de ambos os países. Se mostravam simpatia aos governos autoritários, o Chile aparecia como ‘vítima ‘dos planos ‘expansionistas’ dos militares argentinos. Enquanto assinalavam a inoperância da ‘Revolução em Liberdade’, para impor freio ao ‘avanço’ militar argentino, o aumento da presença militar e o desenvolvimento de infraestrutura na Patagônia foram percebidos como uma conspiração de Juan Carlos Onganía para ‘apoderar-se’ da região austral.

Durante o ‘onganiato’ se promoveu uma extensa tarefa de planificação e desenvolvimento da segurança. Para tal, criou-se o Sistema Nacional de Planejamento e Ação para o Desenvolvimento, que estabeleceu um processo de regionalização cujo propósito era garantir a expansão econômica e a adequada utilização dos recursos naturais. O território nacional foi dividido em oito regiões na seguinte ordem de prioridade: Patagônia, Comahue, Cuyo, Centro, Noroeste, Nordeste, Pampa e Área Metropolitana (Argentina, 1967). Em comparação com as demais, a Patagônia se converteu na ‘menina mimada’ dos militares desenvolvimentistas, tanto por sua rica dotação de recursos naturais como por sua localização estratégica, que a converteu no cenário privilegiado dos objetivos estatais de planificação regional e de investimentos públicos e privados orientados à infraestrutura⁷.

7 Esta obsessão territorial pelos espaços patagônicos não era nova. Foi difundida por grupos nacionalistas a partir dos anos 1920, que os viam como depósitos inesgotáveis de recursos e potencialidades que permitiriam à Argentina alcançar o desenvolvimento que merecia. Com os anos 1930 “[...] cresceu uma visão nacionalista do sul que começou a difundir a ideia da Patagônia como uma fonte rica de energia, exigindo a decisiva participação do Estado na atividade econômica e na promoção do patriotismo” (Bohoslavsky, 2009, p. 51). A Patagônia era a região mais importante do país, a que requeria mais vigilância e a que estava mais exposta ao risco. Ampliou-se o investimento público de diversas maneiras, pela criação de monumentos, pela consolidação de meios de transportes aéreos, ferroviários e dos caminhos, empresas públicas de produção de energia (gás, carbono, petróleo, hidrelétrica), pela instalação de quartéis militares e pela criação da Gendarmería Nacional, em 1938, e da Gobernación Militar de Comodoro Rivadavia, em 1944. Torres petrolíferas, represas hidrelétricas e minas de carvão

Em termos geopolíticos, o vazio populacional, a carência de infraestrutura, o desenvolvimento não harmônico e a falta de integração das regiões da Patagônia e Comahue com o resto do país alertavam os militares nacionalistas sobre o processo de ‘chilenização’ crescente desses espaços. Resultava preocupante sua ‘penetração clandestina’: segundo o general Villegas (1969, p. 254), “[...] cálculos estimavam um total de 30% de chilenos sobre uma população apreciada em 700.000 habitantes ao sul do rio Colorado”⁸. Um dos indícios da ‘falta’ de argentinidade na região austral era a ausência de festividades patrióticas:

O dia em que o 25 de maio e o 9 de julho não sejam meramente festas administrativas, senão que superem o brilho e a adesão popular ao 12 de fevereiro e ao 18 de setembro, festas chilenas, esse dia poderemos estar seguros de que a Patagônia e em especial a zona fronteira nela contida, estarão efetivamente nacionalizados e integrados ao resto da Nação Argentina” (Villegas, 1969, p. 256).

Para os militares nacionalistas, a coletividade chilena foi percebida como um inimigo interno que servia ao interesse do Estado Maior chileno (Bohoslavsky, 2009). Em consequência, os militares propuseram aumentar a vigilância militar na fronteira para evitar o ‘avanço’ chileno e apostaram na integração do espaço austral com os grandes centros urbanos, fomentando o aumento demográfico, “[...] a fim de dotar o país de uma população mais numerosa, estável e regionalmente equilibrada [...]”; além de impulsionar a “[...]”

cobriram a Patagônia, deslocando (não substituindo) a primazia da orientação pecuarista da região até meados dos anos 1980 (Bohoslavsky, 2009).

- 8 Os chilenos eram considerados portadores de enfermidades infectocontagiosas, cujo “[...] deficiente estado geral de saúde [...]” incidia para que o pessoal e os meios destinados à atenção sanitária dos argentinos fossem dirigidos a estrangeiros: “[...] a capacidade assistencial na Patagônia está ocupada em 80% por chilenos e 20% por argentinos” (Villegas, 1969, p. 263).

migração com caráter seletivo, procurando manter a atual composição étnica da população” (Argentina, 1970)⁹.

Tais asseverações e linhas de ação política aconteceram em um contexto no qual se intensificavam os conflitos limítrofes entre Argentina e Chile. Em dezembro de 1966, a Coroa britânica emitiu sua consideração sobre o litígio entrem ambos os países pela posse da zona do rio Encuentro, o que favoreceu a Argentina. Em agosto de 1967 ocorreram novos incidentes pelo canal Beagle e, em dezembro desse ano, o Chile recorreu unilateralmente ao árbitro britânico em virtude do artigo 5º do Tratado Geral de Arbitragem Chileno-Argentino, subscrito em 1902. Apesar dos conflitos, em janeiro de 1970 Onganía visitou o país transandino para inaugurar de forma conjunta a estrada provincial pavimentada que unia Mendoza com Valparaíso. De qualquer modo, Onganía empreendia uma sucessão de visitas às regiões patagônicas, já que o seu governo avançava na instalação da empresa de alumínio argentina, fundada em junho de 1970, e também na instalação da Central Hidroelétrica Futaleufú em Chubut, que começou a ser construída em 1971.

Essas visitas despertaram a exaltação nacionalista da revista *Portada* que considerou que se tratava de uma ‘conspiração’ do governo militar argentino para controlar toda a região austral. *Portada* promoveu o ‘estado de alerta’, afirmando que a presença de Onganía colocava em ‘perigo’ a integridade do território nacional. Também acusou o governo de Eduardo Frei Montalva de ‘inoperante’ por não impulsionar o decolar econômico das províncias de Chiloé, Aisén e

9 No marco da Doutrina de Segurança Nacional, entre 1960 e 1970, produziram-se novas interpretações políticas e historiográficas sobre a ‘Patagônia trágica’ dos tempos de Yrigoyen. Bohoslavsky (2009) assinala que os fatos passaram a ser caracterizados como assassinatos ordenados pela ‘classe dominante’ e o Partido Radical, sob instrução chilena no território argentino e até com o início da atividade guerrilheira. Inclusive a interpretação conspirativa que defendeu a corporação castrense em 1970 falou de carabineiros chilenos disfarçados de revolucionários. Tratava-se de mostrar que as greves na região sul foram produto de manobras do governo do Chile para se apropriar do território argentino (Bohoslavsky, 2009).

Magallanes, só as tendo em conta nos seus cálculos eleitorais. A falta de obras públicas, de infraestrutura e de uma adequada estratégia de desenvolvimento da região forçava a mão de obra da ilha de Chiloé a migrar em massa para a Argentina, em vez de o fazer para suas vizinhas Aisén ou Magallanes, já que estas não ofereciam oportunidades de trabalho. Denunciou, ainda, a falta de aproveitamento dos rios Vodadagüe, Riñihue, Yelcho, Palena, Cisnes, Aisén, Baker, Bravo e Pascua, que constituíam a reserva energética mais importante do país: “[...] ainda a reboque da iniciativa de Onganía, seria oportuno que uma pequena parte da imaginação oficial tivesse a audácia da tarefa do desenvolvimento austral” (Portada, 1969).

Portada criticou o governo democrata cristão porque este se ocupava de formar comissões para discutir soluções estratégicas para o desenvolvimento, enquanto os militares argentinos avançavam no ‘controle’ patagônico: “[...] mais que nos alarmar pelo que faz o vizinho a fim de desenvolver seu próprio solo, a viagem e os planos de Onganía – a utilização das águas do rio Futaleufú para a construção de uma planta de alumínio, por exemplo – deveriam ser bandeiras cravadas no governo para animá-lo a encarar nossos problemas na parte chilena” (Portada, 1969, p. 19).

Segundo *Portada*, Frei Montalva havia gasto mal o tempo, dinheiro e energia em obras para o centro do país, em vez de priorizar os investimentos na região austral. Ante a inoperância do governo do Chile em financiar a presença estatal região austral, *Portada* defendia o fomento da iniciativa privada para impor freio ao avanço militar argentino: “[...] não podemos, pois, continuar olhando ao próprio umbigo do país, que é a zona central, e mitigar certos escrúpulos com jornais arrebatados de fervor patriótico quando suspeitamos que a Argentina objetiva cercar nosso tão mal guardado e pior aproveitado tesouro austral” (Portada, 1969, p. 20). As simpatias de *Portada* pelo autoritarismo e o nacionalismo o levaram a destacar positivamente o ‘impulso’ de desenvolvimento mediante políticas de livre mercado e a capacidade ‘criadora’ do governo de Onganía.

Os ditadores argentinos (primeiro, Roberto Levingston e depois Alejandro Lanusse) conquistaram um bom entendimento com Allende, apesar da resistência nacionalista que ambos os países colocavam em razão dos conflitos limítrofes. Em meados de 1971, iniciaram-se as tratativas entre Allende e Lanusse com o objetivo de encontrar uma solução dos problemas de fronteira. Basicamente, ambos os mandatários necessitavam de apoio de aliados externos para ganharem prestígio diante dos nacionalistas locais e para combaterem o ‘expansionismo’ brasileiro (Cisneros; Escudé, 2000). *QP* apresentava a questão de limites como um desafio para Allende, já que ‘permitirá’ confirmar se é capaz de manter o país dentro do marco jurídico tradicional das relações estrangeiras, sem isolamento nem rupturas precipitadas. Para Lanusse, a aproximação com Allende lhe “[...] permitiria somar simpatias de certos setores da esquerda peronista e não peronista” (Qué Pasa, 1971b).

Lanusse colocou em marcha o ‘tempo político’ mediante o Grande Acordo Nacional (GAN). Sua preocupação era conquistar uma estratégia para a transição negociada para a democracia, na qual os militares poderiam oferecer uma alternativa ao retorno de Perón. Tendo em conta o crescimento das forças de esquerda no Cone Sul (o MIR e o triunfo de Allende no Chile, a emergência de Tupamaros no Uruguai e a Aliança de Libertação Nacional no Brasil), o objetivo de Lanusse era sustentar a estabilidade social. Ainda assim, o GAN representou a estratégia do setor ‘mais político’ das Forças Armadas, que buscava redefinir a relação entre o sistema de dominação social, a forma de representação política e o poder estatal.

QP valorizou positivamente a aposta de GAN, contudo o criticou por ceder às pressões dos peronistas e pelo rápido retorno dos militares aos quartéis. *QP* considerava ainda que Lanusse havia errado ao declarar uma anistia política ampla que incluía não apenas os peronistas mas também os comunistas. Segundo a revista, as querelas das frações e ambições políticas individuais que predominavam no arco político opositor ao regime favoreciam o ‘ex-ditador’ Perón. *QP* observava

com expectativa o oficial Francisco Manrique – ex-ministro do Bem-Estar Social durante a gestão de Levingston –, que foi presidente pela Aliança Popular Federalista junto com Martínez Raymonda, contudo o considerava ‘carente’ de carisma, o que complicaria sua chegada aos corações das ‘massas’ (Qué Pasa, 1971a).

QP difundiu a ideia de que o triunfo da Unidade Popular conduziria a sociedade chilena a um ‘beco sem saída’, e que a ‘fragilidade’ do sistema político não poderia postergar o ‘avanço’ do marxismo. Em contrapartida, na Argentina, foram os militares os que não conseguiram ‘proteger’ a sociedade do retorno do ‘ditador’. Para *QP*, o debacle da ‘Revolução Argentina’ obedeceu ao extremo personalismo que exercia Onganía e também ao fato de seu sucessor, Levingston, carecer de prestígio e apoio militar, terminando por deslizar-se em uma ‘revolução pendente’. O desencanto de *QP* com o fenômeno transandino se deveu ao fato de os militares não levarem adiante uma “[...] verdadeira revolução, permanente e duradoura [...]”, fazendo-a degenerar em um mero governo de fato que, além de “[...] algumas obras públicas ou empresas espetaculares [...]”, não concretizou, porém, mudanças transcendentais.

A ineficiência militar provocou contração econômica, desabastecimento de alimentos e descontentamento social, portanto, não gerou “[...] contrapartidas [...]” que compensassem “[...] o preço do avassalamento da constituição, o cancelamento dos partidos políticos e a suspensão do congresso” (Qué Pasa, 1971a). Assim como a ‘ofensiva peronista’ e as pressões do ‘caudilho’ a partir do exílio consumiram a ‘autoridade’ dos militares, a Unidade Popular se via ‘superada’ pela mobilização popular que havia incitado. Parecia que a ‘crise de autoridade’ transcendia a cordilheira. Segundo *QP*, tanto a Unidade Popular como ‘o ditador’ transandino – que desde o exílio incitava o acionar radical esquerdizante – eram os culpados da violência e da corrupção moral dos jovens.

3 ‘Cámpora ao governo, Perón ao poder’

Em novembro de 1972, Perón regressou à Argentina para selar um acordo de governabilidade com os principais partidos, com a Confederación General del Trabajo (CGT) e com a incorporação dos empresários ‘nacionais’ a Confederación General de la Empresa (CGE. *QP* manifestou o seguinte: “Perón vem [...] para dizer que volta” (Qué Pasa, 1972c). Para a revista, o regresso do ‘ex-ditador’ implicava um golpe de morte para os grupos que ‘roubavam’ aderentes do peronismo sem Perón: Nova Força, do ex-ministro da Economia, Álvaro Alsogaray da direita ‘fundamentada’, partidário da liberdade de mercado na economia, e a candidatura presidencial de Francisco Manrique (Qué Pasa, 1972e). Entre os ‘danificados’, porém vivos, *QP* assinalou os defensores do ‘modelo chileno’, isto é, a esquerda do peronismo. Mesmo assim, o regresso de Perón implicava a ‘clausura’ do programa de reabilitação democrática traçado por Lanusse (Qué Pasa, 1972d).

A leitura sobre Perón se inseria em uma perspectiva histórica de sua figura, sobre a qual representaria uma ‘ameaça’ para o Chile havia muito tempo. No n. 84, *QP* recordava que, em janeiro de 1936, Perón havia sido agregado militar na embaixada argentina no Chile, para desde lá obter clandestinamente informações sobre os planos expansionistas chilenos no sul do país. À época houve a denúncia de espionagem por parte do governo chileno. Por outro lado, Perón foi acusado de corrupto e de manter uma boa vida às custas “da massa fiel e esperançosa” que aguardava a chegada do seu ‘líder’: “Perón se muda para a **luxuosa residência** adquirida para ele e seus partidários no bairro tranquilo de Vicente López (93.000 dólares), a dez quadras da **casa-habitação** de Lanusse” (Qué Pasa, 1972e, grifo no original).

Van Dijk sugere que a informação implícita de um texto não serve unicamente para definir sua coerência global ou local, mas também pode estar assinalada no mesmo texto por meio de títulos, sumários, orações temáticas etc. Os significados subjacentes implícitos ou explícitos do texto podem estar anotados em estruturas superficiais,

como os recursos expressivos gráficos, comuns nos desenhos jornalísticos. Na capa de *QP* de 1972 se intitulou *O MIR volta ao fuzil?*, e logo se trouxe o subtítulo *O retorno de Perón* (Qué Pasa, 1972e, p. 1). Posteriormente, *QP* publicou: “Perón ameaça com a guerra civil para o caso de ser-lhe desconhecida sua hipótese de vitória” (Qué Pasa, 1973a); “Perón aglutina setores burgueses junto a bandeiras que fazem terrorismo sob a mesma bandeira” (Qué Pasa, 1973b). Segundo as regras discursivas, tanto se a informação foi expressa previamente no texto ou se é ‘dada por suposta’ não importa, faz parte do sistema de crenças do falante (Van Dijk, 1980). *QP* construiu um paralelismo entre o ‘retorno armado’ do MIR à esfera pública, a volta de Perón na Argentina e a violência armada.

As eleições de 11 de março de 1973 deram como resultado a vitória de Héctor Cámpora pela Frente Justicialista de Liberación, com aproximadamente 50% dos votos. Já quanto aos partidos que aspiravam tornar-se sucessores da ‘Revolução Argentina’, o brigadeiro Ezequiel Martínez (Aliança Republicana Federal) obteve meros 2,5% dos votos, enquanto o capitão Francisco Manrique (Aliança Popular Federalista) conseguiu 14,1%. Ainda que Lanusse sustentasse que as Forças Armadas seriam legalistas e respeitariam os resultados das urnas – triunfando ou não o peronismo –, ao mesmo tempo alertava a civilidade acerca do perigo do seu triunfo:

Nas eleições se podem ganhar definitivamente a existência de uma autêntica democracia, em liberdade, com paz, com justiça social e dignidade humana. Porém o sufrágio também pode resultar que a república perda e se afunde na anarquia, na falta de resistência, na delação, na corrupção, no engano, no messianismo, na degradação das instituições, no cerceamento das liberdades, na implantação do terror e da tirania ou a subordinação da vontade sem limites do homem (Qué Pasa, 1973b, p. 37).

Para *QP*, o fracasso de Lanusse na condução da ‘Revolução Argentina’ se deu porque “[...] atrás dele não havia uma equipe coordenada ao estilo gaullista capaz de oferecer uma alternativa

solvente ao marxismo” (Qué Pasa, 1973b, p. 37). Não houve uma cabeça visível para erigir-se depositária do anseio legítimo de uma “[...] democracia em liberdade com justiça social”. Segundo *QP*, a nova vitória peronista obedeceu, por um lado, ao colapso da administração castrense em razão do descontentamento popular e, por outro, à juventude ‘anárquica’, que foi incapaz de criar um sistema que pudesse substituir o justicialismo. Com a vitória peronista, na edição n. 102, *QP* se propôs a revelar o ‘passado obsessivo’ de Perón, destacando que em 1950 este havia se convertido no ‘precursor’ do desenvolvimento dos povos do Terceiro Mundo:

Como militar nacionalista **não alinhado**, anti-imperialista y campeão da justiça social, Perón foi precursor direto de Nasser e, na América Latina, dos militares peruanos. E ninguém, nem ainda seus **inimigos**, poderá por outra parte negar-lhe seu melhor êxito: o intenso sentido de dignidade, de solidariedade e de poder que deu a seus descamisados (Qué Pasa, 1973c, p. 37–38, grifo no original).

Contudo, para desacreditar o seu governo, a revista sustentou que Perón provocou a “[...] completa degradação da imprensa e do rádio [...]” e que o “[...] desperdício [...]”, a “[...] corrupção [...]” e a “[...] má condução [...]” da economia provocaram o colapso do país em setembro de 1955, afirmando, com ironia, que “[...] desta vez os descamisados não saíram as ruas. Talvez lhes tenha faltado Evita. Talvez tenha sobrado a inflação”.

Com incrível desperdício de recursos fiscais e de divisas (que canalizava para a gigantesca **fundação** de Evita), somada a outra parte importante que se dilapidava em burocracia, em projetos insensatos (como a **bomba atômica argentina**) ou em roubos lisos e planos. Isso nos leva a **corrupção** que foi desenfreada na Argentina de Perón [...] surgiram sujeitos obscuros que se faziam milionários, como o **magô** Miranda, o ex-enfermeiro Jorge Antonio, Juan Duarte (irmão de Evita) e muitos outros (Qué Pasa, 1973c, p. 37–38, grifo no original).

QP acusou Perón de ter acumulado fortuna no estrangeiro. Seria “[...] um dos primeiros acionistas da Mercedes-Benz [...]”, fundo que ‘supostamente’ teria utilizado para sustentar seu movimento e para ‘subornar’ os militares em julho de 1955 com um banquete oferecido em sua honra: “[...] sob o prato de cada assistente havia uma ordem de um automóvel Lincoln (de importação proibida), último modelo”. *QP* elevava o tom acusatório dizendo ainda que, logo após a morte de Evita, Perón caiu em “[...] excessos lamentáveis com meninas adolescentes [...]” arranjadas por “[...] seu ministro da educação Méndez San Martín”. Com elas, Perón “[...] passeava em motonetas [...] e as entretinha de forma não tão esportiva no seu refúgio blindado” (Qué Pasa, 1973c, p. 37–38).

O triunfo camporista consagrou o setor mais radical do peronismo, cuja hegemonia se dava por Montoneros que assumiram cargos no governo, nos ministérios e universidades. Contudo, o êxito eleitoral não se traduziu em êxito político, já que o clima de mobilização teve como consequência derivada as ‘tomas’: “[...] entre os dias 4 e 15 de julho existiram quase 500 tomas de distintos tipos em todo país e se calcula umas 2000 [...]” para o período camporista (Svampa, 2003, p. 400). Nesse clima de caos social e radicalização, Cámpora havia significado um ‘presente do céu’ para a esquerda radical, já que ela “[...] obteve a libertação de todos os terroristas presos em Villa Devoto, na mesma noite da ascensão do ‘Tio’ à presidência (25 de maio); coube a Universidade (reitor Puiggrós) se apoderar dos ministérios do Interior e das Relações” (Qué Pasa, 1973d). *QP* afirmou que, apesar dos esforços dos militares argentinos para erradicar seu recorde e sua influência, o peronismo havia obtido um novo triunfo. Contudo, a revista vislumbrava um novo golpe militar:

O extremo peronismo matou Aramburu, porém Rojas segue vivo... e não parou em barras (uma revolta militar peronista foi sufocada por ele e por Aramburu em 1956) [...]. Manterá o heterogêneo governo uma coalizão justicialista, na qual há antigos partidários do nacionalismo, da terceira posição e da justiça social, até marxistas que desejam **usar** Perón, passando por terroristas como os **Montoneros** ou o ERP? Estará

Cámpora, **obediente servidor** à altura de sua missão?
(Qué Pasa, 1973c, p. 37–38, grifo no original).

A respeito das relações internacionais, *QP* publicou uma seção especial intitulada *Política internacional: o peronismo tira líneas*, na qual manifestou sua preocupação pelo futuro chanceler argentino. *QP* sustentou o ‘rumor’ de que Perón seria o chanceler de Cámpora e que, uma vez que o peronismo empunhasse o timão, a Argentina tomaria uma atitude menos amistosa com o Brasil, em razão do desprezo que os militares deste país o trataram ao deportá-lo do Rio de Janeiro a Madri, quando da primeira tentativa de Perón de retornar ao seu país. Suas relações com URSS e Cuba seriam com menor deferência do que ‘imaginavam alguns esquerdistas’. Sequer se aproximaria de Allende, já que o próprio Perón ‘desconfiava’ das relações de Lanusse com o presidente transandino, a quem qualificou como ‘marxistas burguês’.

O giro do ‘caudilho justicialista’ confirmava sua opção por uma terceira via: “[...] sua terceira posição tinha muito de oposição aos Estados Unidos, contudo tampouco apoiava o comunismo” (Qué Pasa, 1973c). Segundo *QP*, as inclinações políticas de Perón eram perceptíveis em função dos lugares que o ‘ex-ditador’ visitara durante o final do seu exílio:

[...] fez entrevista com o presidente Velasco e tornou público seu elogio a revolução peruana – que ao velho estilo nasserista procurou obter dividendos de ambas as superpotências – tornando clara que havia mais afinidade com elas do que com a cubana ou qualquer outra. Posteriormente, na Europa, viajou a Romênia – cujos desplantas irritam os soviéticos – e a sede do Mercado Comum Europeu em Bruxelas. Informou sobre seus desejos de ir até Pequim, sem qualquer menção a Moscou (Qué Pasa, 1973c).

Uma vez derrotado o governo Allende, evidenciou-se uma mudança nos termos com os quais a revista se referia a Perón. Por exemplo, houve o abandono do conceito de ‘ditador’, que até 1973 foi de uso comum, substituído pelo ‘o macho’, ‘o líder’ ou simplesmente

‘Perón’. A aposta de *QP* era mostrar um Perón ‘velho, cansado e esgotado’, ‘incapaz’ de garantir a paz social e controlar a juventude radicalizada. Por exemplo, o assassinato do dirigente sindical José Rucci nas mãos de Montoneros, em princípios de 1973, alimentou esse tipo de declaração. A partir de 12 de outubro de 1973, quando Perón assumiu a presidência, *QP* passou a resenhar os acontecimentos que confirmavam a ‘debilidade do caudilho’ diante dos setores ‘ultra extremistas’ da Tendência Revolucionária (Montoneros e Forças Armadas Peronistas). Apesar da influência que ainda conservava a esquerda peronista no governo, para *QP*, a designação de José Gelbard como ministro garantia que ‘a condução econômica seria capitalista’.

Segundo *QP*, a ‘guerra interna do peronismo’ se dava entre dois agrupamentos. Um estava composto pela CGT (‘a CUT argentina’), 62 organizações e a Confederação Geral Econômica, sendo esta integrada por empresários afinados com o governo que haviam reconhecido um ‘pacto social’ denominado Ata de Compromisso Nacional. O seu objetivo era fixar uma política de redistribuição das contribuições fiscais, uma política de preços, também de ocupação, de habitação, de gastos públicos etc. O segundo agrupamento seria o da ‘ultraesquerda terrorista’, posta como a responsável por essa guerra interna e que havia cooptado múltiplos espaços estratégicos. A respeito desse agrupamento, *QP* destacou publicações como *Ya*, *El Descamisado*, *Militancia*, *El Combatiente*, *Estrella Roja* etc. Nelas, sustentou que a ‘ultraesquerda’, também conhecida como ‘peronismo de base’, havia formado células territoriais, ‘penetrando’ na universidade por meio da Juventude Universitária Peronista (JUP), da Juventude Peronista (JP), dos estudantes secundaristas da União de Estudantes Secundários (UES) e dos sindicalistas jovens da Juventude Trabalhadora Peronista (JTP), sem falarmos do Agrupamento Evita Perón, que seria “[...] um dos mais combativos expoentes desse peronismo de base, com o seu setor feminino” (Qué Pasa, 1973d). Diante dessas duas alas peronistas, *QP* perguntava qual o fundamento da ‘guerra’ da Tendência Revolucionária contra os seus adversários internos:

Simplemente que aquela pensa que a única solução é a revolução socialista e marxista-leninista-integral, sem paliativos nem etapas intermediárias. É a mesma postura do MIR chileno (cujos contatos com essa tendência são indiscutíveis) e que não concordam EGE, a CGT, as '62', o Conselho Superior [...] e eventualmente até mesmo Perón. São 'revisionistas', tal como para o MIR o era o Partido Comunista Chileno. O comunismo argentino se põe em postura idêntica ao de seu colega chileno, porém do outro lado do Andes os comunistas são (ao menos em aparência) uma minoria sem importância política. É por isso [...] que a 'experiência chilena' é um fator vital da luta interna argentina. Cada bando atira ao outro a culpa do fracasso de Allende: a Tendência contribui para a debilidade revisionista da Unidad Popular; os inimigos daquela, o 'aventureirismo' e 'infantilismo da esquerda' do MIR (Qué Pasa, 1973d, p. 46).

Segundo *QP*, a Tendência iniciou a onda de violência que derivou em uma 'guerra' contra a sociedade: “[...] a cada momento caía assassinado, por razões políticas, algum trabalhador, dirigente sindical, jornalista ou militar” (Qué Pasa, 1973d). Além dos assassinatos políticos, havia “os raptos de burgueses, em especial de executivos de empresas estrangeiras, para pedir por eles resgates milionários. Ambos se tornaram diários”. *QP* destacou especialmente os sequestros do diretor da Swissair para a América Latina, Kurt Schmidt, e o de David Wilkie, presidente e gerente geral da Amoco Argentina Oil Company, subsidiária da Standard Oil Company. Com eles, *QP* ironizou Perón dizendo que “[...] ficou chateado o macho. Assassinatos e sequestros encheram as paciências do líder [...]”, buscando enfatizar que Perón estava decidido a endurecer com os “[...] ultras esquerdistas” (Qué Pasa, 1973d, p. 45). Nesse contexto, *QP* reproduzia palavras pronunciadas do novo presidente Lastiri, utilizando como fonte o jornal *Clarín*: “A violência, seja de onde venha, se responderá com a mesma violência”. Começava a campanha para a ‘depuração dos infiltrados marxistas’, que alcançaria diversos chefes provinciais, entre eles, Martínez Baca, de Mendoza e o próprio Oscar Bidegain, de Buenos Aires, acusados de terem

afinidades com a Tendência. Foi anotado que as províncias com mais conflitos eram Salta, La Rioja, Tucumán e Córdoba. Apesar disso, Perón estava decidido a dar lugar aos exilados chilenos, só que “na província de Misiones com 40°C [...] sou socialista [explicou], porém não tresloucado” (Qué Pasa, 1973d, p. 47).

Por outro lado, *QP* apontava as ‘incoerências’ da gestão peronista. Por exemplo, apontava que, enquanto Perón apostava no “[...] desmonte das posições marxistas [...]” nos governos, “[...] no plano externo acentuava sua abertura para a área marxista [...]” como a cubana, “[...] que não só seria um balão de oxigênio para a asfixiada econômica castrista, senão que volta a colocar em xeque o bloqueio da ilha” (Qué Pasa, 1974a). Em primeiro de maio de 1974, na praça de Maio, os Montoneros romperam sua relação com Perón logo depois dele os chamar de ‘imberbes’ e ‘estúpidos’ (Svampa, 2003). A esse respeito, *QP* sustentou que a identificação dos setores jovens com a “ultraesquerda extremista” desprestigiava a autoridade de Perón e colocava em jogo seu prestígio pessoal (Qué Pasa, 1974b).

Ainda assim, *QP* afirmou que os ‘ultras argentinos’ distorciam a realidade dos acontecimentos transandinos, difamando os militares e desconhecendo o ‘intenso trabalho’ que estavam desenvolvendo para ganhar a ‘guerra’ contra o marxismo¹⁰.

4 Considerações finais

Os grupos de extrema-direita da Argentina e do Chile se caracterizaram por promover discursos antidemocráticos, denúncias conspirativas e decadentistas que devem ser compreendidas mais como autoimagens do que como a descrição do inimigo: “[...] quem lança estes discursos acusa terceiros de cometer o que são seus

10 No n. 133, na seção de *Cartas de leitores*, *QP* publicou declarações do conhecido músico chileno Miguel Letelier, que durante sua estadia em Buenos Aires mencionou os rumores sobre a ‘falsa’ situação que se vivia no Chile no 11 de setembro (Qué Pasa, 1973d).

próprios pecados” (Bohoslavsky, 2009, p. 240). Nesse sentido, quando a revista *Portada* denunciava os planos expansionistas dos militares argentinos, preocupados com a ameaça da soberania na Patagônia, na realidade refletia o desejo de que fosse o governo chileno que aumentasse sua aposta no controle patagônico. O expansionismo que caracterizava Onganía era o que se desejava de Frei Montalva. Do mesmo modo, quando *QP* perguntava se Cámpora terminaria seu mandato e sublinhava ‘rumores’ golpista, descrevia, na verdade, o desejo desta revista em relação a Allende. Isso também ocorria quando questionava se a heterogênea coalizão justicialista que permitiu a vitória camporista poderia se sustentar no governo, se estava antecipando o destino da Unidade Popular. Logo após o golpe no Chile, *QP* difundiu a imagem ‘desgastada’ de Perón, um líder político débil, cujo governo estava colapsado pela ‘ultraesquerda marxista-leninista’ e pelo caos econômico. A revista buscou difundir a ideia de que na Argentina os ‘ultras’ estavam iniciando uma ‘guerra’ contra a sociedade argentina, tanto como os ‘ultras chilenos’ faziam contra sua própria, legitimando, desse modo, o 11 de setembro de 1973.

Ao longo deste capítulo, vimos que o dramatismo foi um componente central do discurso das revistas de extrema-direita para se referirem aos acontecimentos socioeconômicos da Argentina e do Chile. *QP* e *Portada* legitimaram a ‘Revolução Argentina’ porque esta salvara o país do ‘caos’, enquanto a ‘Revolução em Liberdade’ abriria as portas para o comunismo. Suas simpatias pelo governo de Onganía e sua aposta em um projeto modernizador por vias autoritárias representava o modelo que deveria ‘replicar-se’ no Chile. É possível afirmarmos que a atenção que *QP* dedicou ao colapso da ‘Revolução Argentina’ apontava a debilidade repressiva dos militares em ‘aplastar’ o justicialismo. Tãmanha foi a radicalização popular que foram incapazes de sustentar uma revolução ‘permanente e duradoura’, lição que deveriam ‘aprender’ seus pares transandinos para ‘derrotar’ o marxismo. O discurso antiperonista de *Portada* e *QP* serviu para desacreditar a Unidade Popular chilena. Ambas acusaram os governos ‘populistas’ de Allende e Perón de haverem sido ‘devorados’ pela mobilização.

Como anotamos antes, *QP* e *Portada* promoveram abertamente o golpe de Estado no Chile. Reivindicaram as Forças Armadas, outorgando-lhes um caráter fundamental para ‘restaurar’ a legalidade ‘quebrada’ pela Unidade Popular. Imediatamente, legitimaram a intervenção militar nas universidades, a proscrição dos partidos políticos e, inclusive, negaram a violação dos direitos humanos. Converteram os militares do Chile em verdadeiros ‘heróis nacionais’ que teriam ‘salvo o país das garras do marxismo’ e não descansavam na ‘luta’ para derrotar o ‘inimigo’ comunista. Em fins de 1973, ambas as publicações mostravam como os militares estavam conseguindo ‘melhorar’ os índices macroeconômicos. Enquanto a Argentina estava imersa no caos social pelo avanço ‘extremista’, no Natal do Chile se vivia de maneira ‘distinta’.

Para finalizarmos, cabe tratarmos de uma última questão: por que *Portada* e *QP* seguiram com interesse os rumos dos militares argentinos e não tanto dos brasileiros? Acreditamos que uma resposta possível obedece ao impacto da Doutrina de Segurança Nacional e das teorias antirrevolucionárias dos anos 1960 e 1970, que alimentaram o estigma do vizinho como um ‘inimigo interno’ caracterizado por sua ‘voracidade territorial’.

A questão fronteiriça foi a cortina de fundo da preocupação de ambas as revistas, impulsionando-as a seguirem de perto a conjuntura da política argentina. Como a própria corporação castrense, elas recuperaram com força a ideia de que o Chile foi ‘vítima’ de uma subtração territorial sistemática desde os fins do século XIX. A Argentina e o Peru seriam os ‘vizinhos inimigos’ cujos passos era necessário se seguir de perto, porque o que estava em ‘perigo’ era a ‘seguridade nacional’. Como anotou Bohoslavsky, desde meados do século XIX a questão patagônica se constituía no coração das relações argentino-chilenas, que estiveram marcadas por enfrentamentos diplomáticos e aprontes bélicos, alternados por décadas de convivência pacífica (Bohoslavsky, 2009). Foi nesse sentido que, em 1960, retornaram fortemente as disputas historiográficas e políticas

da questão fronteiriça¹¹. Foram elaboradas e rebatidas “[...] invenções históricas que procuraram justificar o alarmismo, acelerar a corridas armamentista, legitimar a intervenção política das Forças Armadas e fomentar em cada população nacional a ideia de viver em um território ameaçado pelo país transandino” (Bohoslavsky, 2009, p. 148).

Referências

ARGENTINA. **Decreto n° 46, de 29 de junho de 1970**. Boletim Oficial da República Argenta, Buenos Aires, 29 jun. 1970.

ARGENTINA. **Decreto n° 1907, de 4 de abril de 1967**. Regulamentação da Lei n° 16.964. Boletim Oficial da República Argenta, Buenos Aires, 4 abr. 1967.

BOHOSLAVSKY, E. **El complot patagónico: nación, conspiracionismo y violencia en el sur de Argentina y Chile (siglos XIX y XX)**. Buenos Aires: Prometeo, 2009.

BOHOSLAVSKY, E. ¿Qué es lo nuevo de la nueva derecha en Chile? Anticomunismo, corporativismo y neoliberalismo, 1964–1973. **História Unisinos**, v. 16, n. 1, p. 5–14, 2012.

CISNEROS, A.; ESCUDÉ, C. **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2000.

CORREA SUTIL, S. Algunos antecedentes históricos del proyecto neoliberal en Chile (1955–1958). **Opciones**, n. 6, p. 106–146, 1985.

CORREA SUTIL, S. **Con las riendas del poder: la derecha chilena en el siglo XX**. Santiago: Sudamericana, 2005.

11 Estas reivindicações apareceram em 1930 com a obra de José Miguel Yrarrázaval Larraín, *La Patagonia, errores geográficos y diplomáticos*, reeditada em 1966. Nela, denunciava a subtração argentina do território, já que o tratado de 1881 era nulo pois havia sido assinado sob pressão, e que o Chile, muito ‘generosamente’, cedeu a extensão em questão (Bohoslavsky, 2009).

GIRBAL-BLACHA, N.; QUATTROCCHI WOISSON, D. (comp.).

Cuando opinar es actuar: revistas argentinas del siglo XX. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1999.

JARA HINOJOSA, I. La ideología franquista en la legitimación de la dictadura militar chilena. **Revista Complutense de Historia de América**, v. 34, p. 233–253, 2008.

KING, J. **Estudio de la revista argentina y de su papel en el desarrollo de una cultura 1931–1970**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

MURARO, H. **Políticos, periodistas y ciudadanos**. São Paulo: Fondo de Cultura Económica, 2000.

PORTADA. [*S. l.: s. n.*], n. 4, 1969.

QUÉ PASA. [*S. l.: s. n.*], 16 jun. 1971a.

QUÉ PASA. [*S. l.: s. n.*], 22 jul. 1971b.

QUÉ PASA. [*S. l.: s. n.*], 5 nov. 1972c.

QUÉ PASA. [*S. l.: s. n.*], 15 nov. 1972d.

QUÉ PASA. [*S. l.: s. n.*], 23 nov. 1972e.

QUÉ PASA. [*S. l.: s. n.*], 8 mar. 1973a.

QUÉ PASA. [*S. l.: s. n.*], 15 mar. 1973b.

QUÉ PASA. [*S. l.: s. n.*], n. 102, 23 mar. 1973c.

QUÉ PASA. [*S. l.: s. n.*], 8 nov. 1973d.

QUÉ PASA. [*S. l.: s. n.*], n. 139, 21 dez. 1973e.

QUÉ PASA. [*S. l.: s. n.*], 8 mar. 1974a.

QUÉ PASA. [*S. l.: s. n.*], 10 maio 1974b.

RUIZ, C. **Transformaciones en el discurso de la prensa: un estudio de caso: la revista Qué pasa (1971–1982)**. Santiago: Ceneca, 1983.

RUIZ, C. El conservantismo como ideología: corporativismo y neoliberalismo en las revistas teóricas de derecha. *In*: CRISTI, R.; RUIZ, C. (ed.). **El pensamiento conservador en Chile: seis ensayos**. Santiago: Editorial Universitaria, 1992. P. 103–123.

SARLO, B. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. *In*: FELL, C. *et al.* (ed.). **Le discours culturel dans les revues latino-américaines (1940–1970)**. Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle, 1992. p. 9–16.

SVAMPA, M. El populismo imposible y sus actores, 1973–1976. *In*: JAMES, D. J. (ed.). **Violencia, proscripción y autoritarismo (1955–1976)**. Buenos Aires: Sudamericana, 2003. p. 381–438.

TARONCHER PADILLA, M. A. **Periodistas y prensa semanal en el golpe de estado del 28 de junio de 1966: la caída de Illia y la Revolución Argentina**. 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidad de Valencia, Valencia, 2004.

VILLEGAS, O. **Políticas y estrategias para el desarrollo y la seguridad nacional: Enfoques y temas**. Buenos Aires: Pleamar, 1969.

VAN DIJK, T. Algunas notas sobre la ideología y la teoría del discurso. **Semiosis**, n. 5, p. 37–53, 1980.

VAN DIJK, T. Política, ideología y discurso. **Quórum Académico**, v. 2, n. 2, p. 15–45, 2005.

ZÁRATE, V. V. O. **Nacionales y gremialistas: el “parto” de la nueva derecha política chilena, 1964–1973**. Santiago: LOM, 2008.